

INTERPELAÇÃO ORAL

Acompanhar a extensão para Hengqin dos três planos de apoio e subsídios destinados a empresas com capitais de Macau

A promoção de um nível mais elevado de integração entre Hengqin-Macau é uma prioridade fundamental para a segunda fase da construção da Zona de Cooperação. Para concretizar este objectivo, o Governo está actualmente a proceder a trabalhos de revisão legislativa, para alargar a Hengqin o “Plano de Apoio a Pequenas e Médias Empresas”, o “Plano de Apoio a Jovens Empreendedores” e o “Plano de bonificação para incentivar o desenvolvimento e a valorização empresarial”, permitindo assim que os residentes de Macau com actividades económicas em Hengqin beneficiem de apoio financeiro, aliviando as pressões operacionais enfrentadas por esses residentes em Hengqin-Macau e contribuindo para a criação de um ambiente empresarial semelhante ao de Macau. Ao mesmo tempo, o Governo prevê rever, ainda este ano, o “Plano de Garantia de Créditos a Pequenas e Médias Empresas” e redefinir as normas de subsídios associadas ao Fundo de Desenvolvimento Industrial e de Comercialização, criando um quadro institucional inovador que suporte a extensão destes planos de apoio, para ajudar as empresas de Macau a expandirem os seus negócios para a Ilha de Hengqin.

Com o número de empresas com capitais de Macau na Zona de Cooperação em Hengqin a aumentar continuamente, até Junho deste ano, o número destas

(TRADUÇÃO)

empresas ultrapassou 8000, com um crescimento superior a 72,6 por cento, em comparação com o momento da criação da Zona de Cooperação em Hengqin em 2021. Mas algumas empresas de Macau em Hengqin referiram que ainda estão a enfrentar dificuldades no dia-a-dia, nomeadamente, a falta de esclarecimento sobre os detalhes operacionais do pagamento transfronteiriço de fundos de apoio às PME e a necessidade de se deslocar pessoalmente para a assinatura dos documentos de garantia para os pedidos de subsídios. Mais, algumas políticas de incentivo em Hengqin ainda impõem restrições quanto ao reconhecimento das empresas com capitais de Macau e aos pedidos para os respectivos subsídios para a renda. Assim, espero que o Governo continue a acompanhar a situação e optimize oportunamente as medidas de apoio, criando condições mais favoráveis ao desenvolvimento das empresas com capitais de Macau.

Assim sendo, interpelo sobre o seguinte:

1. Face à revisão legislativa sobre os três planos de apoio e de atribuição de subsídios, que vai estar concluída no terceiro trimestre de 2026, o Governo deve indicar se já dispõe de informações sobre a qualificação dos requerentes, o processo de apreciação e autorização, e o mecanismo de transferência de fundos após a conclusão da referida revisão legislativa, de modo a permitir que as empresas com capital de Macau estabelecidas em Hengqin tomem conhecimento dos requisitos de candidatura aos apoios, contribuindo assim para um suporte mais preciso ao desenvolvimento destas empresas. O Governo vai indicar tudo isso?

2. Como há diferenças nos critérios de reconhecimento de empresas entre

(TRADUÇÃO)

Macau e Hengqin, e face à extensão dos três planos de apoio e subsídios até Hengqin, o Governo deve estabelecer uma plataforma unificada de informação sobre políticas de apoio financeiro para as empresas de Hengqin-Macau, promovendo uma ligação eficaz entre os mecanismos de reconhecimento de empresas das duas regiões, simplificando os procedimentos de candidatura a subsídios e assegurando a transferência atempada dos montantes financiados, de modo a beneficiar efectivamente as PME de Macau que operam em Hengqin. Vai fazê-lo?

3. Os três planos de apoio e de subsídios têm por objectivo estender a Hengqin as políticas já existentes, mas as empresas de capital de Macau em Hengqin enfrentam um ambiente empresarial e um quadro jurídico e legal distinto dos das empresas locais. O Governo vai considerar criar um plano especial de apoio financeiro dirigido especificamente às empresas de capital de Macau em Hengqin, para prestar apoio financeiro específico às empresas em diferentes fases de desenvolvimento, especialmente desde a fase inicial até à fase de maturação, por forma a dar respostas efectivas às necessidades reais do desenvolvimento das empresas e reduzir os custos e as pressões operacionais decorrentes da gestão transfronteiriça?

25 de Junho de 2026

O Deputado à Assembleia Legislativa da RAEM,

Kou Ngon Seng